RESOLUÇÃO N° 05/2019


O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Diadema, no uso e gozo de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º. - A eleição dos representantes da sociedade civil no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Diadema realizar-se-á no dia 28 de junho de 2019, das 9h00 às 16h00, nos seguintes locais:

I  - EMEB Paulo Freire - Rua Vicente Adamo Zara, 257- Jd. Rosinha;

II - EMEB Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes) - Rua dos Botocudos, 395 - Serraria;

III - EMEB Hercília Alves da Silva Ribeiro - Rua Bituva, 40 - Eldorado;

IV - EMEB Carolina Maria de Jesus - Rua Vega, 198 - Inamar;

V  - EMEB Cândido Portinari - Rua Cândido Portinari, 07 - Jardim Portinari;
VI - EMEB Humberto M. Mendonça - Rua Maria Helena, 331 - Jardim Bela Vista;

VII - EMEB Tom Jobim - Avenida Dom João VI, 926 - Jardim Santa Rita;

VIII - EMEB Luiz Gonzaga - Rua Javari, 674 - Jardim Paineiras;

IX - EMEB Eremita Gonçalves - Avenida Afonso Monteiro da Cruz (sem número) - Jardim dos Eucaliptos;

X - EMEB Cecília Meireles - Rua Marechal Deodoro, 46 - Vila Santa Dirce.

XI - EMEB Teotônio Vilela - Rua Barão de Iguapé, 384, Vila São José.

Parágrafo único - A publicação da presente Resolução será feita na imprensa local e tem caráter de Convocação Eleitoral.

Artigo 2º. - Para organizar e coordenar o processo eleitoral fica constituída a Comissão Eleitoral, composta pelos seguintes membros:

a) Aracélia Maria Sagrado Lovato
b) Reinaldo Leiva
c) Sofia Hatsu Stefani
d) Valquiria Batista Rocha Longo

Parágrafo único - Das decisões proferidas pela Comissão Eleitoral acima designada, caberá Recurso.
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Diadema

Artigo 3º. - As inscrições dos candidatos serão recebidas no período de 06 a 17 de maio 2019, das 09h00 às 16h00, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, situado na Rua Oriente Monti, 201, Jardim do Parque, Diadema/SP.

Parágrafo 1º. - Para participar do processo eleitoral, o representante da Organização Representativa da Sociedade ou Organização da Sociedade Civil de atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente, com registro no CMDCA, deverão:

I - Ser expressamente indicado pela Organização;

II - Ter idade superior a 18 (dezoito) anos;

III - Ter reconhecida idoneidade moral.

Parágrafo 2º. - É vedada a participação de representantes que:

I - Ocupem cargo político eletivo;

II - Exercem a função de Conselheiro Tutelar.

Artigo 4º. - O registro da candidatura da Organização será solicitado mediante a apresentação de requerimento dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo estar instruído, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

I - Cópia do registro da Organização junto ao CMDCA;

II - Cópia da ata de eleição da atual diretoria, registrada em Cartório;

III. Cópia dos documentos de identidade, do CPF e comprovante de residência do representante;
IV - Declaração em papel timbrado emitida pela Organização indicando seu representante;

V - Declaração em papel timbrado emitida pela Organização atestando a idoneidade moral de seu representante.

Parágrafo 1º - O nome que identificará cada candidato será informado por ela no ato do registro de sua candidatura, sendo-lhe facultado o registro de duas variantes no máximo.

Parágrafo 2º - Havendo o registro de uma mesma variante por parte de dois ou mais candidatos, deverão elas solucionar o impasse até a data de encerramento do registro das candidaturas, pois, persistindo o impasse, a Comissão Eleitoral aceitará apenas a variante do candidato que se inscreveu primeiro.

Artigo 5º. - Recebidos os requerimentos de inscrição dos candidatos, o CMDCA deverá encaminhá-los à Comissão Eleitoral que os analisará e fará publicar, através do site oficial da Prefeitura de Diadema (www.diadema.sp.gov.br), até 23 de maio de 2019, a relação dos candidatos que tiveram suas candidaturas deferidas.

Artigo 6º. - Os candidatos que tiveram suas inscrições indeferidas pela Comissão Eleitoral poderão apresentar recurso ao plenário do CMDCA, no período de 24, 27 e 28 de maio de 2019, no local e horários estabelecidos no artigo 3º desta Resolução.

Artigo 7º. - A Comissão Eleitoral analisará e publicará o resultado da análise dos recursos por meio eletrônico oficial do município e na sede do CMDCA, até o dia 04 de junho de 2019.

Artigo 8º. - Após a publicação, as Organizações Representativas da Sociedade ou Organizações da Sociedade Civil de atendimento e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente terão prazo de até 07 de junho de 2019 para recorrer das decisões proferidas, no horário das 09h00 às 16h00, na sede da Recad.
Artigo 9º. - A Comissão eleitoral analisará os recursos até o dia 13 de junho de 2019, não cabendo, desta decisão, nenhum outro recurso administrativo.

Artigo 10º. - Somente serão aceitos recursos por escrito e que estejam devidamente fundamentados.

Artigo 11º. - A publicação da lista final dos inscritos habilitados será disponibilizada na imprensa oficial e no site da Prefeitura (www.diadema.sp.gov.br) e no CMDCA até o dia 15 de junho de 2019.

Artigo 12º. - Cada candidato poderá apresentar na sede do CMDCA, entre os dias 17 a 19 de junho de 2019, requerimento, por escrito, solicitando o cadastramento de até 11 (onze) fiscais, acompanhado dos seguintes documentos:

I - Cópia de documento de identidade;
II - Cópia de comprovante de endereço;
III - Uma fotografia no tamanho 3X4;
IV - Indicação do local de atuação de cada fiscal.

Artigo 13º. - A fiscalização poderá ser exercida pelos fiscais devidamente credenciados, desde que seja respeitado o limite de 11 (onze) fiscais, sendo um por candidato em cada escola.

Parágrafo 1º - Cada fiscal receberá uma credencial que será expedida pela Comissão Eleitoral e conterá os dados pessoais do fiscal e o local de votação onde este exercerá fiscalização, valendo apenas para o local indicado no crachá de identificação.

Parágrafo 2º - As credenciais dos fiscais deverão ser retiradas na sede do CMDCA, no dia 26 de junho de 2019.
Artigo 14º. - No dia da eleição o fiscal deverá se identificar junto ao Presidente da mesa receptora apresentando os seguintes documentos:

I - Credencial de fiscal emitida pelo CMDCA;

II - Documento de identidade oficial com foto.

Artigo 15º. - Na eleição do CMDCA apenas os eleitores devidamente inscritos na Justiça Eleitoral de Diadema têm direito ao voto.

Parágrafo 1º - Para exercício do direito de voto, o eleitor deverá se apresentar no local de votação munido dos seguintes documentos:

I - Título de eleitor ou do comprovante de votação emitido pela Justiça Eleitoral;
II - Documento de identidade oficial com foto.

Parágrafo 2º - O eleitor somente poderá votar em um candidato.

Parágrafo 3º - Será considerado nulo o voto em mais de um candidato.

Artigo 16º. - Em cada local de votação será fixada listagem com nome, número e variantes dos candidatos.

Parágrafo único - A eleição do CMDCA e do CMAS serão realizadas, simultaneamente, aplicando-se as mesmas regras para as eleições de ambos os conselhos, respeitando as especificidades de cada um.

Artigo 17º. - As mesas receptoras serão compostas de um Presidente e dois mesários indicados previamente pela Comissão Eleitoral.

Artigo 18º. - Compete ao Presidente da mesa receptora garantir a ordem dos trabalhos.
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Diadema

Parágrafo 1º - Compete ao Presidente da mesa receptora suspender as atividades em quaisquer situações em que haja desordem ou insegurança no local de votação.

Parágrafo 2º - No dia da eleição, o Presidente da mesa receptora deverá estar presente no local designado pela Comissão Eleitoral uma hora antes da abertura dos trabalhos e verificará se o material necessário ao pleito está em ordem e disponibilizará urna para vistoria dos fiscais, lacrando-a, imediatamente, na frente do mesário e dos fiscais presentes.

Parágrafo 3º - Neste momento, serão lavrados os termos de abertura dos trabalhos que deverão conter a assinatura do Presidente da mesa, dos mesários e dos fiscais presentes.

Artigo 19º. - Compete às mesas receptoras registrar as atas da abertura e encerramento das eleições contendo local, data, horário, nome dos mesários e fiscais, eventuais ocorrências, bem como:

I - Receber os eleitores;

II - Conferir se a Zona e Seção Eleitoral apontadas no título de eleitor coincidem com o local de votação definido pela Comissão Eleitoral;

III - Conferir os documentos dos eleitores e registrar seus nomes, de forma legível, nas listas de presença, numerando-as em sequência;

IV - Colher as assinaturas dos eleitores nos espaços correspondentes ao registro de seus nomes;

V - Rubricar e entregar as cédulas de votação aos eleitores.

Artigo 20º. - Registrada a presença do eleitor, será liberado o acesso à urna.
Parágrafo único - Somente poderão permanecer no recinto de votação os componentes da mesa receptora, os fiscais credenciados e os eleitores, durante o tempo necessário para a votação.

Artigo 21º.- Encerrada a votação, a urna deverá ser lacrada na frente dos fiscais ou dos candidatos presentes, devendo estes lançar suas assinaturas sobre o lacre.

Parágrafo único - Cumprido o procedimento estabelecido no caput deste artigo, imediatamente será lavrado o termo de encerramento dos trabalhos da mesa receptora, devendo em tal documento constar as seguintes informações:

I - Número de eleitores que votaram;

II - Ocorrências ou incidentes durante a execução dos trabalhos;

III- Identificação do Presidente, do mesário e dos fiscais que presenciaram o ato de lacração da urna, devendo todos assinar o termo de encerramento dos trabalhos.

Artigo 22º. - O transporte da urna de votação para o local de apuração ficará sob responsabilidade do Presidente da Mesa.

Parágrafo único - Ao chegar ao local de apuração, o Presidente da Mesa deverá se apresentar à Comissão Eleitoral e lhe entregar a urna e as Atas de Abertura e de Encerramento dos trabalhos.

Artigo 23º. - A apuração dos votos será realizada no mesmo dia da eleição, no Anfiteatro da RECAD.

Parágrafo 1º - Os trabalhos de apuração terão início imediatamente após a entrega da primeira urna.
Parágrafo 2º - Para acompanhamento dos trabalhos de apuração, cada candidato poderá destacar no máximo 02 (dois) fiscais.

Artigo 24º. - Serão consideradas eleitas as 08 (oito) Organizações mais votadas.

Parágrafo único - Em caso de empate entre as Organizações, será considerada eleita aquela que tiver maior tempo de registro no CMDCA.

Artigo 25º. - O resultado será proclamado no mesmo dia da eleição, logo após o encerramento dos trabalhos de apuração e deverá ser publicado na imprensa oficial no prazo de cinco dias.

Artigo 26º. – Todos os atos de entrega de documentos destinados à Secretaria Executiva CMDCA, como inscrições, requerimentos e recursos deverão ocorrer no horário das 9h às 16h.

Artigo 27º. - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral, sem prejuízo da edição de novas Resoluções por parte do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Artigo 28º. - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diadema, 11 de abril de 2.019.

Luciana Nogueira Borba Coelho
Presidente do CMDCA